








Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

Com o encerramento do ano de 2022, ciclos políticos e sociais se encerram e novos desafios se evidenciam no horizonte. Nesse contexto, a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, apresenta uma nova edição do Periódico, composta por artigos com tônica crítica e atenta aos direitos fundamentais.

Nesta edição, a capa traz a pintura do pintor goiano Selvo Afonso, intitulada "*Mulher Negra Mulher*". A obra dialoga com os textos selecionados para compor o volume, ao passo em que as

produções abordam, sobretudo, questões socioambientais, a promoção de direitos das minorias e a garantia de direitos humanos.

No texto intitulado *“Responsabilidade por error in procedendo: um estudo de caso sobre a autorização judicial para esterilização cirúrgica em Mococa”*, de Ana Beatriz de Mendonça Barroso e Mariana Dionísio de Andrade, é abordada a possibilidade de responsabilização do Estado por decisões judiciais com fundamentação inadequada.

Émilien Vilas Boas e Marcelo Kokke escrevem sobre *“Experimentos científicos com animais: limites jurídicos e éticos”*, a partir do marco regulatório brasileiro e da legitimidade social e jurídica, do uso de animais em experimentos e testes científicos.

Em seguida, no artigo *“Retrocessos no campo da saúde pública: o aborto a partir de uma perspectiva biopolítica”*, Janaína Machado Sturza e Jaíse Burtet contextualizam a negação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil, relacionando-as com as proibições normativas e questões sociais e raciais inerentes ao tema.

No artigo *“A herança no pensamento da professora Shelly Kreiczler-Levy”*, Raphael Rego Borges Ribeiro elabora um panorama da vida, obra e pensamento da professora Shelly Kreiczler-Levy, a respeito da herança e suas correlações com o direito sucessório brasileiro.

Francielle Benini Agne Tybusch e Mariana dos Santos Bertoncilli escrevem *“O cadastro ambiental rural como instrumento de regularização dos imóveis rurais”*, em que deliberam a respeito da possibilidade do uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento auxiliar para a regularização dos imóveis rurais no Brasil.

Tendo em vista o contexto pandêmico, Vanessa Santos do Canto, no artigo intitulado *“O movimento de mulheres negras na luta contra o racismo e sexismo e o estatuto da igualdade racial”*, apresenta a resistência das mulheres negras no Brasil e a sua repercussão no processo legislativo brasileiro.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Em *“A questão fundiária não solucionada na Colômbia: desenvolvimento econômico e reformas agrárias”*, Maurício Chamorro Rosero apresenta a questão fundiária na Colômbia e sua concentração de terras, discutindo o insucesso das políticas de reforma agrária no país.

Arnaldo Rodrigues Neto e Lucas de Souza Lehfeld assinam o artigo *“Sociedade de risco e sustentabilidade: de Ullrich Beck à contemporânea crise ambiental, de consumo e a importância da inovação tecnológica”*, em que argumentam acerca da inovação tecnológica como instrumento promotor da sustentabilidade.

Ariadna Fernandes Silva e Ana Virgínia Moreira Gomes, no artigo denominado *“O fim da ultratividade das normas coletivas e a não garantia da boa-fé contratual: um sistema caótico no Brasil”*, debatem as consequências da adoção da teoria da ultratividade das normas coletivas trabalhistas sobre os direitos dos trabalhadores.

O artigo *“Compromisso constitucional intergeracional e a perspectiva decisional na ecocomplexidade”*, redigido por Giselle Marie Krepsky, identifica a comunicação do Direito por meio das decisões dos Tribunais produzidas no âmbito da região sul do Brasil, acerca da proteção Constitucional intergeracional ante as ações tecnocientíficas.

Finalizando a edição, Nerio Andrade de Brida e Sandro Marcos Godoy, no artigo *“Compliance ecológico como modalidade extrajudicial de proteção ao meio ambiente natural”*, apresentam o programa de integridade empresarial enquanto instrumento de proteção ao meio ambiente.

Diante dessa ampla gama de temas propostos para apreciação dos leitores, a Revista da Faculdade de Direito da UFG enseja ser efetiva a contribuição para a difusão do conhecimento jurídico.

Uma boa leitura a todos e todas!

Os editores.